

CÂMARA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 04/2015

Da reunião ordinária privada realizada no dia 20 de fevereiro de 2015, iniciada às 09:10 horas e concluída às 12:15 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Período Antes da Ordem do Dia	3
Período da Ordem do Dia	14
Agenda	14
Aprovação de Actas	14
Balancete	14
Despacho	14
DAG	15
DOP	16
DL	20
DGU	22
DEASS	23
DCJD	24
Intervenção do Público	25
Aprovação em minuta	26
Votação das deliberações	26
Encerramento	26
Montante Global dos Encargos	26

ATA DA REUNIÃO DE 20/02/2015

ABERTURA

ATA Nº 04/2015

Aos vinte dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e quinze, no Auditório Municipal, na Covilhã, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes o Senhor Vice-Presidente Carlos do Carmo Martins e os Senhores Vereadores Pedro Miguel dos Santos Farromba, Joaquim António Matias, Jorge Manuel Torrão Nunes e José Joaquim Pinto de Almeida.

Não compareceu à reunião o Senhor Vereador Nelson António Mendes da Silva, tendo a mesma sido justificada.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente saudou e cumprimentou os presentes, declarando aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

O Senhor Vereador José Pinto iniciou a sua intervenção e sobre a questão levantada pela D. Ana Nunes, afirmou que foi a anterior Câmara a responsável por esta e outras situações ocorridas naquele incêndio, porque não fez cumprir a legislação, uma vez que a Lei obriga a que todos os proprietários de terrenos junto das moradias procedam à limpeza da mesma. Caso a Proteção Civil ou GNR não fosse ao local, aconselhou que denunciasses a situação junto da GNR, relativamente ao que está a acontecer junto da sua moradia, a fim de alguém intervir e que se deslocasse à Junta de Freguesia de Vales do Rio e Peso, uma vez que, recentemente receberam uma verba para ajudas de âmbito social, solicitar ajuda, nem que fosse simbólica.

Quando à D. Ermelinda aconselhou-a a ser mais comedida, porque às vezes perdemos a razão por não sermos comedidos nas nossas palavras.

Em relação ao Senhor António, disse que infelizmente o problema da higiene no nosso concelho, existe há muito e as casas de banho públicas são as que dão “mais nas vistas”. Sugeriu à ADC para que tivessem o cuidado, em determinadas zonas, onde os canídeos são passeados, que coloquem um recetáculo que recebesse as fezes dos animais, para os mesmos não fossem misturados com o lixo doméstico.

Posteriormente questionou ao Senhor Presidente o seguinte:

“- Da limpeza dos taludes do “Ká-te-Espero”, que são terrenos do domínio público, deve ser limpo rapidamente, para evitar a criação de bichos, que são desagradáveis para as pessoas que ali habitam; a ADC deve providenciar essa limpeza;

- Ainda sobre a ADC, no dia 6 de Fevereiro, falámos nos custos da água e das taxas referentes aos resíduos sólidos, o que custa para os munícipes e estranhamente, ouvi na comunicação social, que no dia 3 de Fevereiro, tinha havido alteração nos órgãos sociais da ADC; o órgão Executivo não teve conhecimento e deveria ter sido informado neste processo;

- O documento estratégico da CIM, nunca foi visto por nós, nem tivemos acesso a ele; foram ouvidas, apenas, cinco Associações de Desenvolvimento, que têm um historial importante e que deveriam participar na discussão, para além de nós podermos ser ouvidos sobre esta questão e dar contributos:

- Felicitar o Senhor Vereador Jorge Torrão, pelo facto de ter promovido a Formação dos Agentes Culturais, pois é destas pequenas coisas que o cidadão do concelho necessita, contudo tenho que fazer uma ressalva, mas penso que não deve ter havido mais participação, uma vez que o ofício foi feito no dia 10 de Fevereiro, chegando aos destinatários no dia 13 e, na segunda-feira seguinte teria início esta formação; devemos ser mais eficazes pois corremos o risco de perder a qualidade dessas iniciativas;

- Felicitou ainda, a iniciativa levada a cabo na Praça do Município, pois aquele espaço ganhará com a nossa atenção.

- Quanto às obras, elas pecam por tardio, e não será boa altura para as executar, isto porque os produtores agrícolas começaram agora a ter o maior volume de produção e venda dos produtos pode ficar condicionada.”

O Senhor Vice-Presidente começou por informar que deixou de ser o Presidente do Conselho de Administração da ADC, tendo o cuidado de enviar a todos os funcionários, agradecendo

ATA DA REUNIÃO DE 20/02/2015

todo o empenho e profissionalismo, que tiveram ao longo do tempo em que presidiu ao Conselho de Administração; desejando ao amigo e colega, Dr. João Marques as maiores felicidades para o cargo que agora tem como Presidente do Conselho de Administração da ADC;

Apresentou os seguintes votos de pesar:

Ao Senhor Dr. João Riço, pelo falecimento do seu avô;

Ao Senhor Adriano Mingote pelo falecimento do seu cunhado;

Pelo falecimento do Senhor João dos Santos Matos Júnior, que era um dos grandes amantes da Serra da Estrela e das caminhadas feitas na mesma, e que foi também, Dirigente Associativo de várias coletividades da nossa cidade.

Felicitou de seguida as seguintes entidades e outros cidadãos:

- O Lar de São José pelos 115 Anos de vida;

- O atleta João Serralheiro que foi Campeão Distrital do corta-mato realizado na Freguesia das Cortes do Meio;

- O atleta do Benfica, Samuel Barata, que é natural da Freguesia das Cortes do Meio, e que ficou em 3.º lugar no Grande Prémio José Afonso em Grândola;

- A Junta de Freguesia da Boidobra, que homenageou o atleta João Rodolfo, que foi selecionado para participar no Campeonato Mundial de Matraquilhos, que se irá realizar em Itália, no próximo mês de Abril;

- O Amigos do Basquetebol da Covilhã e a atleta Ana Monteiro que foi selecionada para a Seleção Nacional de sub-16 Femininos;

Acrescentou que a Câmara Municipal da Covilhã está a trabalhar, sendo prova disso as muitas atividades que se têm realizado, principalmente na área da cultura, mas também nas intervenções físicas em todo o concelho.

Referiu ainda que a fase distrital do Concursos Nacional de Leitura, que já é a sua nona edição, vai ser organizada pela primeira vez na Biblioteca Municipal da Covilhã, que foi selecionada para o efeito, pela Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, na qualidade de parceira do Plano Nacional de Leituras.

Informou ainda, que no ano de 2014, as exposições realizadas no espaço Tinturaria, tivemos 3.000 visitantes; a exposição inaugurada no passado sábado e até ao dia 19 teve a visita de 700 pessoas.

Sobre a iniciativa levada a cabo no Mercado Municipal, disse que vai ter uma intervenção física, com a realização de três obras, uma será a requalificação do espaço de venda dos produtos, outra será a cobertura do edifício e a regulação do estacionamento do espaço, no valor de 280 mil Euros.

Saudou a União de Sindicatos de Castelo Branco, pela organização de um Fórum sobre saúde, com a temática do Centro Hospitalar Cova da Beira e da Santa Casa da Misericórdia do Fundão, onde o Senhor Presidente esteve presente e na qual fez uma intervenção na defesa do Centro Hospitalar da Cova da Beira.

Informou que foi solicitada uma reunião, com caráter de urgência ao Senhor Comandante da PSP e da GNR, porque nos últimos tempos, têm havido na cidade muito vandalismo, nomeadamente assaltos a garagens em prédios, mas também o aumento do pequeno furto na cidade.

Deu os parabéns à organização do Carnaval da Neve, que apesar de não ter sido como gostariam, mas em parceria do Clube Nacional de Montanhismo, as crianças, os jovens e os menos jovens, proporcionaram um dia diferente, com a realização do Corso de Carnaval.

Referiu que uma boa notícia é o anúncio por parte da UBI, que nos informou que a UBI Medical vai entrar em funcionamento no mês de Março; este Centro de Investigação Científica

ATA DA REUNIÃO DE 20/02/2015

na área da saúde será uma mais-valia da nossa Universidade, ao serviço do país. Recordou que o Ex-Presidente da Câmara, o Senhor Carlos Alberto, abandonou a parceria neste projeto, mas a relação institucional do atual Município e da UBI é de grande cordialidade, onde estamos a dialogar, no sentido de apresentarmos candidaturas conjuntas a alguns projetos, no âmbito do Portugal 20/20.

Felicitou também, a Mutualista da Covilhã que foi premiada, pela segunda vez, com a Missão Sorriso, com o Projeto Idoso +, Para uma Sociedade Inclusiva, e que teve o apoio da Câmara Municipal, no valor de 30 mil euros.

Felicitou a ADERES que celebrou os seus 20 anos de atividades, numa cerimónia onde estiveram presentes a maioria dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, e que foi representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã. Dirigiu uma saudação especial ao Senhor Professor Serra dos Reis, pela sua dedicação e empenhamento, tornando possível a realização de várias obras, nas Freguesias do sul do concelho.

Relativamente ao Direito de Resposta do Ex-Presidente da Câmara, Senhor Carlos Alberto, que publicou no Jornal Noticias da Covilhã, sobre uma questão que dizia respeito ao Senhor Presidente da Câmara, ao Senhor Vereador Joaquim Matias, a si próprio e ao Senhor Vereador Jorge Torrão, disse que existem nessas declarações algumas mentiras, dando resposta:

Quanto à Cena I, referiu: “Obviamente, ninguém reconhece ao Ex-Presidente, Senhor Carlos Alberto, talento para “comandar uma nave espacial”, nem capacidade para tirar um curso de *brevê* para comandar um avião ultraleve, porque foi o principal responsável pela destruição do nosso Aeródromo Municipal. Certamente, o Senhor Ex-Presidente Carlos Alberto, se recorda quando viajava para Lisboa através da Aerocondor, quando era deputado e tinha essa regalia, quando a maioria dos covilhanenses demoravam mais de quatro horas para chegar a Lisboa, de carro.

Quem não pôs os pés na Câmara, por várias vezes, foi o Senhor Ex-Presidente Carlos Alberto.

– Quando foi candidato a Deputado nas eleições da Assembleia da República de 2005, era Presidente da Câmara, mas esqueceu-se de suspender o mandato e foi preciso uma comunicação de 11/12/2005, da Comissão Nacional de Eleições, para o Senhor Ex-Presidente da Câmara, Carlos Alberto suspender de imediato as suas funções de Presidente. Nesse período de espaço de tempo, onde acumulou a função de Presidente e de Candidato a Deputado, não sei se terá havido algumas irregularidades ou ilegalidades com a sua dupla função.

Quanto à Cena II, referiu: “Em 18/04/2005, o Ex-Presidente, Carlos Alberto, entregou uma declaração que dizia o seguinte: “ Para os devidos efeitos, declaro que suspendi o mandato de Presidente da Câmara Municipal, desde o dia 18/04/2005.” Mais uma vez quem deixou de por os pés no Município, foi o Senhor Ex-Presidente Carlos Alberto, e porquê, talvez para ir até ao Parlamento para obter o tempo de contagem suficiente, para requerer a pensão vitalícia, como deputado.”

Quanto à Cena III, referiu: “Nos últimos anos de mandato, em que o Senhor Ex-Presidente Carlos Alberto começou a estudar o Curso de Direito, e estão aqui dois Juristas, penso que é um curso muito exigente, acho que não foi na Universidade Aberta, onde nós podemos fazer o nosso curso e estudar nas nossas residências, mas parece-me que foi numa instituição da capital; não sei se tirou alguns dias de férias, porque o curso é exigente e era necessário ir às aulas; não sei se ia de autocarro, de comboio ou carro próprio, ou à boleia.”

Quanto à Cena IV, referiu: “A verdade é que se pode comprovar a ausência de muitos dias, durante muitas semanas, na Câmara, sem por lá os pés. Poderá dizer-se que, o Ex-Presidente, Senhor Carlos Alberto, que a ausência era também o de representar o Município e de tratar de assuntos da Câmara em Lisboa, acredito que sim! Mas a verdade é que foram muitos os dias e

ATA DA REUNIÃO DE 20/02/2015

às vezes semanas completas, que o Senhor Presidente da Câmara não punha os pés na Câmara Municipal. Mais uma prova disto é o número exorbitante, que a viatura do Presidente da Câmara tem, um número com seis dígitos!”

Quanto á Cena V, referiu: “Eu acredito que é muito difícil a adaptação à vida normal, para quem foi Presidente durante 20 anos; Deve ser uma chatice!

Fico por aqui, hoje, Senhor Ex-Presidente Carlos Alberto.

Repito que farei sempre as minhas intervenções nas reuniões públicas.”

“Suponhamos que determinado economista, chega junto de um amigo do Primeiro-ministro e pede que lhe marque uma reunião com o Senhor Primeiro Ministro, porque essa pessoa diz que tem um plano para acabar com o desemprego em Portugal. Supúnhamos que o amigo do Primeiro-ministro tem conhecimento que um determinado economista, está também na gestão de uma empresa, que atravessa um dos piores momentos da sua existência, já com despedimentos. Supúnhamos que o economista, não reuniu com o Senhor Primeiro-ministro e que infelizmente essa empresa já fechou, tendo mandado para o desemprego dezenas de pessoas. Afinal o que é que lá ia a fazer junto do Primeiro-ministro? Certamente, apenas, cumprimentá-lo.

Caro colega, Senhor Vereador Joaquim Matias, andamos há muitos anos na vida política e, obviamente, temos experiência e como todos os seres humanos virtudes e defeitos. Quero dizer-lhe que há muitas pessoas que se inscrevem nos Partidos Políticos, por interesses pessoais e conheço alguns, também, no meu Partido.

Quero, publicamente dizer que, o Senhor Vereador é das poucas pessoas que eu conheço no PSD, que têm coerência partidária. Continua a ser militante do PSD e não acredito que mude de partido, para integrar numa lista de independentes, apesar dos Independentes terem todo o direito de fazerem listas candidatas aos Órgãos Autárquicos.

Quero com isto dizer que, durante a campanha eleitoral, o Senhor Vereador Joaquim Matias, foi acompanhado por uma pessoa, que até integrou na lista para a Assembleia Municipal, onde o elogiava em todo o lado, onde criticava o Senhor Ex-Presidente da Câmara, Senhor Carlos Alberto, empenhando-se para a eleição do Senhor Vereador Joaquim Matias. Mas todos nós sabemos como é o Senhor Vereador Joaquim Matias e nós temos algumas semelhanças! A verdade é que este cidadão, que foi um grande apoiante do Senhor Vereador Joaquim Matias, vem agora a criticá-lo.

Quero aqui reafirmar que estou empenhado e motivado para ajudar a nossa terra. Eu sei que alguns ainda alimentam a ideia de que eu irei renunciar, “Burros, Burros”, porque eu vou continuar e cumprir o mandato.

Para alguns o melhor é o desprezo, para outros, “quem não deve, não teme” e “ quem não se sente não é filho de boa gente”.

Dizer àqueles, eles sabem a quem me dirijo, alguns até já são reformados, que passam o tempo nos blogs, a enviar cartas anónimas; nos almoços com os Jornalistas e com pessoas ligadas ao meio judicial, em Lisboa, a tentar influenciar negativamente a imagem das pessoas do Município e da Câmara da Covilhã, dizer-lhes que estamos preparados para tudo!

Estou certo que o próximo Presidente da Câmara será o atual Presidente da Câmara.

Por último, quero fazer uma defesa ao Senhor Vereador Pedro Farromba, porque a única Federação instalada na Covilhã, é a Federação dos Desportos de Inverno, o executivo, por unanimidade, atribuiu um valor à Federação para as atividades e para apoio à possível participação dos atletas nos Jogos dos Estados Unidos. Ele foi também alvo de crítica e quero

ATA DA REUNIÃO DE 20/02/2015

manifestar a minha solidariedade, porque o que está escrito, não corresponde à verdade e peid-lhe que requeresse que o Jornal do Fundão repusesse a verdade.”

O Senhor Vereador Pedro Farromba começou por tecer algumas considerações face ao referido, dizendo que “sempre me reconheci no respeito pelas pessoas, pelas instituições e pelo cargo que elas representam e digo, com honestidade, que a referência ao ex-Presidente da Câmara, tal como há uns anos houve uma referência ao atual Presidente da República e na altura Primeiro-ministro, com a expressão de “Aníbal”, penso que deve haver respeito institucional.

Hoje, o Senhor Presidente abriu aqui um precedente complicado, que foi de permitir que nós façamos aqui respostas a artigos de jornais, intervenções sobre candidaturas à Câmara e, já agora, eu não percebi a história do economista?

Em relação ao Senhor Vice-Presidente cumprir ou não o mandato e até a respeito da questão da Presidência do Conselho de Administração da ADC, acho que as dúvidas que as pessoas têm são pertinentes. É que o Senhor começou o mandato como Presidente de Junta e saiu, como Presidente do Parkubis e saiu e como Presidente da ADC e saiu, portanto, é natural que as pessoas se questionem, não é nenhuma ilegitimidade.”

A este propósito, referiu a necessidade de haver mais informação sobre as empresas municipais, a fim de poderem dar contributos e apoio a essas entidades, na qualidade de eleitos, além de que a informação da substituição na Presidência do Conselho de Administração da ADC, devia ser prestada aos eleitos no executivo em tempo útil, para não saberem pelos jornais.

Corroborou as felicitações enunciadas, enaltecendo a do Clube Nacional de Montanhismo, pela realização do Carnaval da Neve, considerando-o como uma grande marca e cartaz turístico do concelho e região, disponibilizando-se, bem como à Federação de Desportos de Inverno, para preparem um programa, sem grandes custos, envolvendo as associações e coletividades da cidade para prepararem um “cartaz de verdadeira atração”.

Felicitou o PT Data Center, face a ter passado a barreiras dos 200 postos de trabalho, considerando-o como um sinal de “atração ao investimento, podendo ser utilizando para potenciar outros investimentos e penso que é uma vontade de todos.”

Felicitou ainda, o ex-Presidente da Câmara, Carlos Alberto Pinto, pela homenagem que lhe foi prestada pelo Senhor Presidente da República, conjuntamente com outros Autarcas, “e acho que isto é o reconhecimento feito, não apenas ao trabalho do ex-Presidente de Câmara, mas seguramente a todos os autarcas. Acho que vale a pena haver estes reconhecimentos, para que o trabalho que as pessoas tiveram durante anos seja valorizado, trabalho do qual fizeram parte os Senhores Vereadores Joaquim Matias, eu e o Senhor Presidente da Câmara, na altura como Vereador da oposição e penso que, independentemente das divergências e diferentes perspetiva políticas presentes no órgão, acho que é uma felicitação que se deve endereçar.”

Concluiu, questionando sobre o ponto da situação da transferência do Hospital do Fundão para a Misericórdia, devido às várias divergências “que vêm colidindo com a Unidade Local de Saúde, com a nova nomeação para o Conselho de Administração do CHCV, que estará para breve e, tudo isto, como anteriormente referi, que me parecia um caso “olfativo”, porque me cheirava que havia aqui uma tentativa de esvaziamento de funções do CHCV. Espero que essa tentativa não seja no sentido de procurar encontrar outros polos de desenvolvimento na área da saúde e todos sabemos ao que é que me refiro. Reitero aqui, a minha total disponibilidade para, onde quer que seja, lutar pelo CHCV, pelas suas valências que temos, pelos seus serviços temos e que possamos vir a ter e pelos cuidados continuados de saúde que presta ao concelho.”

Quanto à questão do Centro de Limpeza de Neve, solicitou informação sobre a reunião realizada.

ATA DA REUNIÃO DE 20/02/2015

Quanto à FDI e à sua não participação nas Olimpíadas de Inverno, esclareceu que se prende essencialmente com uma questão de *timing*, uma vez que os contratos de programa com o Governo são formatados para as federações de verão e sendo esta única que “anda ao contrário”, ou seja, no Inverno, traduzindo-se que quando começa a época nunca sabiam as verbas que iam ter. Que quando os jogos se realizavam na Europa “arrisco”, por saber mais ou menos as verbas que irão receber, sendo a realização dos jogos nos Estados Unidos, os custos são exorbitantes e portanto para a boa saúde financeira da FDI e fazendo-se valer da sua atividade e vida profissional, preferiram “não dar um passo maior que a perna” e tentaram junto do Senhor Presidente da Câmara arranjar forma de que a inscrição fosse feita, o que não foi possível.

O Senhor Vice-Presidente Carlos Martins usou, novamente, da palavra para informar o Senhor Vereador Pedro Farromba que “se estava a esquecer de que também fui Presidente do Conselho de Administração da ICOVI, e também sai.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias começou por felicitar o Senhor Dr. João Marques, na qualidade de novo Presidente do Conselho de Administração da ADC, desejando-lhe um profícuo trabalho, aproveitando por solicitar a sua intervenção no que diz respeito à resolução do escoamento das águas pluviais na Rua José Ramalho, sugeriu ainda, a colocação de lombas a fim de evitar os excessos de velocidade, salvaguardando os transeuntes da mesma artéria.

Informou dos contactos acessíveis da Proteção Civil durante 24 horas, a fim de os serviços os disponibilizarem publicamente e junto das diversas entidades; do desmoronamento de pedras e árvores em Gibaltar-Teixoso, solicitando ao Senhor Presidente, para que o Senhor Diretor do DOP se deslocasse ao local e tentasse solucionar essa situação.

No âmbito da Proteção Civil e da intervenção do público quanto aos incêndios, esclareceu da obrigatoriedade dos proprietários dos terrenos procederem à sua desmatagem, chamando ainda a atenção da necessidade de procederem à limpeza dos telhados, uma vez que tinha constatado em diversas habitações, que se encontravam cheios de caruma, de onde advém os riscos inerentes.

Informou ainda, que a Proteção Civil Municipal com a excelente colaboração do Departamento de Obras e dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, conseguiram ajudar a resolver um conjunto de problemas, aquando do nevão na cidade e que teve a ver, também, essencialmente, com o facto de terem uma viatura limpa neve que atuou de forma coordenada; da aquisição, para finais do mês de março, de uma viatura pesada limpa neve, superior em termos de qualidade em relação às existentes no Centro de Limpeza de Neve, criticando a sua forma de atuação, por entender que, quando há neve não podiam permitir que as viaturas fiquem paradas, tinha de haver equipas que se substituam para que a limpeza seja continuada, manifestando disponibilidade total dos Bombeiros Voluntários para apoio e, inclusive, a possibilidade de o Centro de Limpeza de Neve poder vir a ser gerido por outras instituições, a fim de evitar aquilo que vem assistindo nas notícias televisas “caiu neve na Serra da Estrela e as estradas estão encerradas ao trânsito e os turistas e os desportistas não vem”.

Congratulou-se com as felicitações e subscreveu os votos de pesar.

O Senhor Vice-Presidente Carlos Martins usou da palavra para referir que “neste momento há uma boa dupla no urbanismo, Senhor Arq. José Guerra Tavares e Senhora Eng.^a Isabel Matias” e para informar, relativamente ao urbanismo, que “desde o dia 20 de outubro de 2013, dia da tomada de posse, o Senhor Presidente da Câmara despachou 389 processos, o Senhor Vice-

ATA DA REUNIÃO DE 20/02/2015

Presidente 316 e o Senhor Vereador Jorge Torrão 845, dados fornecidos pelo serviço de urbanismo”.

Mais adiante, informou da existência de alguns processos de investidores, que se arrastavam há algum tempo e que foram já resolvidos.

O Senhor Vereador Jorge Torrão, relativamente ao artigo do ex-Presidente da Câmara publicado no Jornal Noticias da Covilhã, sobre o urbanismo, “na intitulada -cena 2- em que é referido o meu nome, há uma linguagem não condizente com o cargo que ocupou. De facto, sou mais novo, mas não permito, que se trate um chefe de família com linguagem inapropriada, frágil, que não dignifica nem a sua anterior atuação e posição e, muito menos agora, com a nova comenda, que saúdo, mas que revela uma fragilidade sem limites que eu não tolero. Quero aqui dizer que os 845 processos do urbanismo que despachei, foi com sentido de responsabilidade e profissionalismo. Mais informo que nunca me ausentei da Câmara, nem fiz nada que beliscasse a esta ou o seu erário. Cumpro e sempre cumpri escrupulosamente a minha função, os meus horários e responsabilidades.

Dizer como é que um Vereador da Cultura pode estar ligado ao urbanismo??? Nada mais simples. Universidades Internacionais onde se faz investigação, faz-se transferência de informação, designadamente, onde cientistas, comungam informação com diversas áreas do saber: designers, arquitetos, pintores, artistas de variadas áreas de intervenção criativa. Portanto, não foi mal nenhum e penso até que foi verdadeiramente criativo e afirmativo o Senhor Presidente da Câmara ter pegado no seu Vereador da Cultura e ter-lhe dado a área do urbanismo. Não se perde absolutamente nada. E quando se chega à área do urbanismo, uma pessoa como eu, que é dedicada e que se quer informar, e que só não pude dar toda a colaboração que o urbanismo necessita, porque de facto, tenho noção das minhas insuficiência e incapacidades. Há quem não tenha. Há quem era capaz de há distancia manobrar o urbanismo e outras áreas.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse não se ter referido ao comentário feito pelo Senhor ex-Presidente da Câmara em relação à carta publicada no jornal Noticias da Covilhã, por entender “que quem não deve não teme”, que a sua preocupação e responsabilidade no executivo já a tinha, mesmo antes de estar a tempo inteiro, somente tinha aumentado o número de horas de trabalho; que a melhor resposta que podia dar a essa comunicação “é a minha dedicação ao trabalho”.

Referiu que tal carta “apanhou transversalmente todos aqueles que passaram e estão no urbanismo e isso, eu não permito, porque embora as pessoas tenham a liberdade de criticar construtivamente, mas não há liberdade para criticar destrutivamente, principalmente aqueles que têm competência. Desde que entrei no urbanismo, tenho tido por parte de todos os trabalhadores uma excelente cooperação e sempre reconheci e reconheço no Senhor Arq. José Guerra Tavares um homem que sempre nos ajudou a decidir processos, por vezes muito complicados, através de pareceres técnico/jurídicos, bem como a Senhora Chefe de Divisão, Eng^a. Isabel Matias que é muito competente, pessoas em quem deposito total confiança, portanto, enquanto estiver como responsável pelo urbanismo não permitirei injustiças e inverdades em relação aos colaboradores.”

Referiu ainda, face às críticas na blogosfera, relativamente à capacidade que tiveram para tomar a posse administrativa do prédio que se encontrava em ruína e em perigo junto do novo edifício da APPACDM, mas a verdade é que era uma situação que se arrastava há anos “e nunca foram capazes de o fazer antes, mas nós fizemo-lo, bem como a grua que se encontrava no Pelourinho. Portanto, se eventualmente para algumas pessoas, poucas felizmente, isto não é

ATA DA REUNIÃO DE 20/02/2015

importante, para nós, que temos a responsabilidade nessas áreas, consideramos importante, ninguém nos irá vencer, cansar e desmotivar em relação à determinação que temos para resolver os problemas das pessoas e do concelho da Covilhã.”

O Senhor Vereador José Pinto usou, novamente, da palavra para referir que “o que alguns querem, é que não sejam esquecidos e nós quando lhes estamos a dar tempo de antena de forma indireta, estamos a promover esse facto.”

Portanto, em relação ao urbanismo, disse ser necessário arranjar-se estratégias para resolver aquilo que é o anseio e necessidades das populações em geral; que reuniu com diversas pessoas da área, obtendo um conjunto de informações que importam tornar resolúveis, uma vez que à maioria dos processos parados não é possível dar resposta, devido à falta de resposta dos seus proprietários e outros por dependerem de pareceres de entidades de difícil resolução,

Na sua opinião, o importante era clarificar a razão por que estavam parados os processos e se existe solução, política ou técnica, para os mesmos.

Quanto ao acesso à Serra da Estrela aquando dos nevões, disse que, provavelmente a solução não passava pela quantidade, mas sim pela capacidade de resolver os problemas inerentes às características que tem, uma vez que “já ouvi da parte do Senhor Presidente da Câmara de Manteigas a dar razão ao Centro de Limpeza, que o equipamento não pode ser posto em funcionamento da forma como queriam”; que o maior problema tinha a ver com a acessibilidade para o dia-a-dia dos cidadãos.

Em relação à questão do CHCV -transferência do Hospital do Fundão para a Misericórdia-, felicitou a União de Sindicatos pela promoção do debate, a que assistiu, parecendo-lhe, contudo, que algumas das intervenções foram incoerentes e que, caso o Governo mude as posições serão diferentes. Que poderia acontecer com o CHCV, aquilo que se terá passado com os infantários da Segurança Social, pelo que, urgia a tomada de medidas e a mobilização das “forças vivas da cidade”, a fim de evitar tal viesse a acontecer.

O Senhor Vereador Jorge Torrão usou, novamente, da palavra para informar que, conjuntamente com a UBI decorreu e encerrava hoje, uma iniciativa com os agentes culturais do concelho, cerca de 42 representações, a que chamaram “oficina de diagnóstico da realidade cultural”, trabalhos dirigidos pelo Prof. Paulo Miguês, Vice-Reitor da Universidade Federal da Baía e Consultor do então Ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil, tendo como ponto alto a conferência realizada no Salão Nobre dos Paços do Município, de cariz mais académico e de uma macro, avaliação da economia da cultura em termos universais, deixando alguns indicações precisas quanto à problemática do desenvolvimento e do que a cultura pode servir como alavanca ou mesmo grande ferramenta de sustentação e desenvolvimento territorial e da nossa comunidade.

A este propósito, agradeceu a colaboração da UBI neste programa, informando da sua continuidade, disseminando-se através destes agentes culturais e professores da própria universidade, junto das freguesias.

Concluiu, felicitando o jovem músico covilhanenses, Francisco Cipriano, por ter sido o vencedor do concurso internacional de percussão realizado no Funchal.

O Senhor Presidente concluiu o período de antes da ordem do dia, endereçando ao colaborador do Município, Senhor Bruno Marques e família sentidos pêsames pelo falecimento do seu pai. Esclareceu o Senhor Vereador José Pinto, da razão do seu esquecimento relativamente à informação da nova presidência da administração da ADC, Senhor Dr. João Marques e que se prendeu, no fundo, no reconhecimento do trabalho positivo que já vinha desenvolvendo,

ATA DA REUNIÃO DE 20/02/2015

conjuntamente com o Senhor Eng.º José Oliveira, aproveitando a oportunidade para referir e agradecer em seu nome pessoal e, certamente do executivo, do trabalho esforçado e com afinco que o Senhor Vice-Presidente Carlos Martins desenvolveu, enquanto Presidente do Conselho de Administração.

Agradeceu, também, ao Senhor Vereador Joaquim Matias o trabalho que vem desenvolvendo, com dedicação e empenho, tanto em matéria de proteção civil, como no urbanismo.

Relativamente à publicação do ex-Presidente da Câmara no jornal Notícias da Covilhã, comungou da opinião do Senhor Vereador José Pinto, pelo facto de estarem a dar demasiada importância “a quem a não teve neste domínio ou teve-a pela negativa”, em matéria de urbanismo.

Quanto à questão suscitada sobre os contributos para a CIM, referiu ser a “mais jovem Comunidade do País”, informando que esteve apresentar, na passada semana, a estratégia integrada de desenvolvimento territorial para os próximos anos em termos da Comunidade, à semelhança dos restantes sete Presidentes que compõem a área de jurisdição a CCDR-C, tendo tido a oportunidade de sublinhar que tiveram uma dificuldade acrescida, uma vez que foi a única que “renasceu com uma outra NUT que foi acoplada”; que não começaram muito bem, porque, “neste espaço não estavam habituados a coexistir, mas que na verdade estavam a atravessar um momento muito alto, porque há uma grande coesão entre os Presidentes que compõem o Conselho Intermunicipal. Há uma grande concertação de ideias e de projetos. Todos se aperceberam que estamos num novo paradigma de planeamento das Comunidades. Já lá vai o tempo em que se falava em quotas por Município, hoje falamos de projetos transversais e sobretudo, em projetos no domínio do imaterial, do intangível, sem descurar a parte infraestrutural, mas que é residual no âmbito destas novas políticas e estratégia para a Comunidade. Nós só temos 5 GAL e, portanto, há diretivas nacionais e regionais no sentido de os envolver no próprio modelo de governança da Comunidade.”

Informou ainda, da celebração “de um pacto com as 5 GAL do território, no sentido de, inclusivamente criarem um Conselho Executivo, com reuniões trimestrais onde têm assento os representantes desses Grupos de Ação Local, com vista a codecidirem connosco, no âmbito da implementação das políticas da Comunidade Intermunicipal. Contudo, pude constatar isso e foi uma nota muito positiva, relativamente a outras Comunidades, que estamos acima das outras praticamente em quase tudo e, inclusivamente ao que diz respeito ao Conselho Consultivo, órgão da Comunidade e onde estão as ADL, que é também uma preocupação legítima do Senhor Vereador José Pinto.

Foi muito bem acolhido o nosso programa, quanto à visão, estratégia, diagnóstico, políticas concretas que queremos para o nosso território, com demonstração cabal e científica daquilo que estávamos a dizer. Daí a importância de ouvir todos os atores do nosso território, no sentido de auscultar a opinião para a densificação da estratégia.”

Quanto ao Carnaval, referiu que, de facto, era honesto reconhecer que é uma grande marca da Covilhã; que tinha a ambição de ir para além do que se costumava fazer no passado, independentemente de ter sido bem feito, uma vez que a Covilhã tinha massa crítica e condições para um “cartaz ambicioso”, lançando um repto a todo o Executivo para que no “próximo ano tenhamos já um Carnaval diferente, mais consentâneo com as nossas capacidades.”

Por outro lado, o Carnaval, em nada colidia com a promoção do pêssego, uma vez que era uma das questões fulcrais e estavam no alinhamento quer com diretivas Comunitárias, Nacionais e da CCDR-C, que era a valorização dos nossos produtos endógenos e, nesse sentido, tinham de o potenciar, catapultar e vender também para além fronteiras, face à Covilhã e região ser onde mais se produz pêssego e de melhor qualidade, deviam continuar a fazer essa aposta, porque

ATA DA REUNIÃO DE 20/02/2015

era mais um cartaz e um motivo, não só económico, mas também turístico, por entender que “os pessegueiros em flor são tão ou mais bonitos do que as amendoeiras em flor”.

Relativamente á questão do Data Center informou da instalação de uma nova empresa de segurança -Arco-: que podia atingir cerca de uma centena de trabalhadores, realçando o facto de se ter instalado com algum esforço do Executivo, uma vez que o edifício “foi inaugurado mas não tinha licença de utilização”, situação obrigatória para a se sediar e que foi devidamente tratada em tempo record, com vista à sua legalização definitiva, agradecendo o trabalho realizado pelos dirigentes e técnicos do urbanismo.

Quanto à transferência do Hospital do Fundão para Misericórdia, disse ter deixado bem claro na sua intervenção e que foi “contundente quanto baste, independentemente do governo que estiver em funções”, no debate promovido pela União de Sindicatos, que era contra, considerando como uma “entrega”, face à existência de um contrato de arrendamento que tem uma cláusula que refere que todas as benfeitorias realizadas no espaço revertem a favor do senhorio, evidenciando a sua perplexidade, uma vez que foram investidos pelo “Estado, dinheiro dos contribuintes, cerca de 3,5 milhões de euros e agora entregavam de mão beijada à Misericórdia um edificio com aquelas valências e especialidades, capacidade e com serviços que têm prestado às populações, não só do concelho do Fundão, como às da Cova da Beira em geral. Caso haja esta entrega, o CHCV ficará amputado, diminuído e, logo, como consequência, a Faculdade de Ciências da Saúde fica também com um handicap em termos de formação para os futuros médicos que tão necessários são á nossa região e fundamentais para o incremento da medicina e cuidados de saúde e serviços a prestar.

A nossa posição é contra e estou a monitorizar com o meu colega da Câmara do Fundão este *dossier*, obviamente que não descuraremos, se for necessário outras medidas de luta e de ação serão tomadas e contarão com a Câmara da Covilhã e estou certo, com a maioria dos Covilhanenses para defender o CHCB.

A par disto, temos a Unidade Local de Saúde, que é positivo e reivindicação antiga, significando que nós ficaremos comparados com a Guarda e castelo Branco que já tem essa Unidade Local de Saúde, mas ela é-nos dada como espécie de compensação, espero que assim não seja, receamos que nos esteja a ser cedida como contrapartida do esvaziamento do CHCB. Espero que a ARS e entro de Saúde arripiem caminho e não avancem por esta cena.”

Quanto ao Centro de Limpeza de Neve, informou da reunião realizada, nas Estradas de Portugal, conjuntamente com o Senhor Presidente da Câmara de Seia, que foi bastante proveitosa, estando presentes, também, nas qualidades de representante da CIM, tendo veiculo as informações que lhes têm sido fornecidas por quem no dia-a-dia convive com o Centro de Limpeza de Neve, designadamente os Senhores Presidente da Federação de Ski, Bombeiros Voluntários, operadores turísticos, cidadãos e comerciantes, tendo o Senhor Vice-Presidente das estradas de Portugal ficado recetivos à cooperação para se resolverem os problemas existentes, referiram que algumas informações têm sido exageradas mas, reconheceram que de facto o Centro pode ser mais eficiente; que eram precisos mais meios, tanto técnicos como humanos.

Disse ainda que, referiram a necessidade de aquisição de uma fresadora para melhor limpeza da neve; que disponibilizaram os limpa neve ao serviço dos Bombeiros Voluntários para situações mais extremas; que não “pusemos muito o acento tónico na questão de assumirmos o Centro de Limpeza de Neve, embora seja uma hipótese que não está descartada”; que era verdade que o acesso ao maciço central era complicado, no entanto era necessário criar alternativas, designadamente com a construção de teleféricos que segundo informação se estimam em cerca de 25 milhões de euros, situação que poderiam trabalhar no próximo quadro comunitário de apoio, em consórcio com privados.

ATA DA REUNIÃO DE 20/02/2015

Informou do agendamento de uma próxima reunião, no sentido do Senhor Vice-Presidente das Estradas de Portugal vir ao território da CIM, para fazerem um esclarecimento a todos os interessados envolvidos nesta problemática e, no fim, fazer um balanço, perspetivando o próximo ano; que em resumo a reunião foi frutífera, parecendo-lhe, contudo, “que não joga bem” face às declarações produzidas pelo Senhor Presidente das Estradas de Portugal e “perdeu uma oportunidade para estar calado”, uma vez que se vem “imiscuir naquilo que são opções políticas dos atuais e antigos autarcas relativamente ao território”, considerando-as muito infelizes e inaceitáveis e que em vez de “opinar ou pretender determinar as prioridades estratégicas de desenvolvimento de Portugal, e essa tarefa cabe aos políticos, deve preocupar-se que a empresa pública que preside garante os meios e condições necessárias para que as estradas estejam a funcionar bem e, neste caso concreto, na Serra da Estrela.”

Relativamente à parceria informal DLBC-Urbano da Covilhã, informou que foi assinado no passado dia 10 de fevereiro, com vista à sua implementação, resultando de uma iniciativa da Câmara Municipal que reuniu mais de 40 entidades, de vários quadrantes e setores de atividade do concelho, que enunciou, com o objetivo de construir uma candidatura de pré-qualificação à sua gestão. Referiu ser, porventura, a parceria mais alargado e abrangente que alguma vez foi constituída na Covilhã e que tem em vista a discussão a estruturação e o trabalho consertado no debate e definição de estratégia e de desenvolvimento para o nosso concelho, felicitando e agradeceu à Associação Empresarial dos Concelhos da Covilhã, Belmonte e Penamacor, na pessoa do seu presidente e a toda a equipa que trabalhou para submissão da candidatura.

Informou ainda, que o armazenamento de dados da ADC já se encontrava na “cloud” do Data Center.

Concluiu, referindo que, “apesar de alguma indignação hipócrita suscitou nalguns setores” relativamente à exposição que está a decorrer no espaço Montalto, tiveram cerca de 700 visitas numa semana, enquanto o Museu da Tinturaria teve num ano cerca de 3084 visitas, dando para ver a importância das exposições levadas a efeito no espaço Montalto.

III - PERIODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

Foi proposto a retirada da alínea a) e b) do 5.1 do DAG, o que foi aprovado pela Câmara.

2. APROVAÇÃO DE ATAS

3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à ata, e que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 1.946.387,19 € (um milhão, novecentos e quarenta e seis mil, trezentos e oitenta e sete euros e dezanove cêntimos).

. Documentos: 3.099,20 € (três mil, noventa e nove euros e vinte cêntimos).

. Dotações Orçamentais: 1.196.655,43 € (um milhão, cento e noventa e seis mil, seiscentos e cinquenta e cinco euros e quarenta e três cêntimos).

. Dotações não Orçamentais: 749.731,76 € (setecentos e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e um euros e setenta e seis cêntimos).

4. DESPACHOS

Não existem documentos agendados neste ponto.

5. DEPARTAMENTOS

5.1 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

a) Alteração de contratos de arrendamento e respetiva minuta

O Presente assunto foi retirado da ordem de trabalhos.

b) Contrato de arrendamento da fração habitacional designada pela letra A, sita na Travessa do Varandado, 11 – Covilhã

O presente assunto foi retirado da ordem de trabalhos.

c) Proposta de integração do Município na parceria Desenvolvimento Local - Cova da Beira 2020, para a componente rural

Presente informação n.º 031, do Serviço de Património Municipal, datado de 13/02/2015, na sequência de convite pela RUDE-Associação de Desenvolvimento Rural ADR, propondo a integração do Município na parceria Desenvolvimento Local – Cova da Beira 20020, para a componente rural, bem como a outorga da respetiva Carta de Intenção de Parceria, documentos apensos a ata.

A Câmara, com base na informação dos serviços e no parecer da Senhora Diretora do Departamento de Administração Geral, deliberou aprovar a integração do Município na parceria Desenvolvimento Local – Cova da Beira 2020, apenas para a componente rural, bem como a outorga da respetiva Carta de Intenção de Parceria.

d) Sinistralidade automóvel

Presente a informação nº I-CMC/2015/440, com data de 03/02/2015, do Serviço de Património Municipal, sobre a sinistralidade automóvel dos veículos municipais, no mês de janeiro, na qual refere que não se registaram quaisquer sinistros.

A Câmara tomou conhecimento.

5.2 DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

a) Receções Definitivas

- Construção do Açude de Covões 2, na Ribeira de Unhais da Serra

A coberto da informação n.º I-CMC/2015/530, com data de 06/02/2015, da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com base na informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da obra de Construção do Açude de Covões 2, na Ribeira de Unhais da Serra.

- Empreitada de Execução de Trabalhos de Pinturas Rodoviárias

A coberto da informação n.º I-CMC/2015/639, com data de 11/02/2015, da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com base na informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da obra de Execução de Trabalhos de Pinturas Rodoviárias.

b) Receção Provisória

- Empreitada de Demolição Parcial do Edifício na Rua dos Bombeiros Voluntários, Números Cinquenta e Um e Cinquenta e Sete – Covilhã

A coberto da informação n.º 27, de 12/01/2015, da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção provisória da empreitada de Demolição Parcial do Edifício na Rua dos Bombeiros Voluntários, Números Cinquenta e Um e Cinquenta e Sete – Covilhã onde se conclui poder ser recebida, considerando como data de referência a data de 22/01/2015.

A Câmara, com base na informação dos serviços e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção provisória da empreitada de Demolição Parcial do Edifício na Rua dos Bombeiros Voluntários, Números Cinquenta e Um e Cinquenta e Sete – Covilhã onde se conclui poder ser recebida, considerando como data de referência a data de 22/01/2015.

c) Prorrogação de Prazo

- Construção do Edifício “Welcome Center”

Presente informação n.º I-CMC/2015/497, datada de 05/02/2015 e Auto de Suspensão Parcial da mesma data, da Divisão de Obras, relativa à Empreitada de Construção do Edifício “Welcome Center”, adjudicado à empresa Virgílio Roque, Lda., propondo aprovar uma prorrogação graciosa por período igual ao da duração da suspensão parcial dos trabalhos que se inicia à data do auto, 05/02/2015 e terminará quando estiverem reunidas as condições dos trabalhos agora suspensos.

O Senhor Vereador José Pinto solicitou esclarecimentos, devido ao facto de ainda estarem a decorrer trabalhos na obra, quando a sua data de conclusão estava prevista para 16/02/2015.

O Senhor Eng.º Jorge Vieira esclareceu que a data de 16/02/2015, é a data que resulta do somatório dos prazos, quer do prazo contratual, quer das prorrogações, e como a obra não está concluída, iria vigorar o incumprimento de prazos que posteriormente será deliberada.

A Câmara, nos termos da informação da Divisão de Obras e do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de suspensão parcial dos trabalhos da empreitada em apreço, pelo período de tempo que durarem as causas que impedem a realização/conclusão dos mesmos, e autorizar a prorrogação do prazo contratual pela totalidade do período de tempo em que se mantiver a suspensão parcial da obra, na parte referente aos trabalhos de pintura da cobertura, até que existam condições climatéricas adequadas, mantendo-se a data de conclusão dos restantes trabalhos prevista para 16-02-2015.

d) Extinção do procedimento de Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo e revogação de deliberações

Presente informação n.º 180, datada de 29/01/2015, da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, que face á Câmara Municipal não pretender manter em aberto dois procedimentos para a mesma área, e verificando-se que o procedimento de alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo é o que mais interessa aos atuais objetivos da Câmara Municipal, propõe extinguir a decisão da elaboração da Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo, publicada através do Edital n.º 248/2008 de 13 de março na 2.ª Série do Diário da República, revogando as deliberações tomadas nas reuniões de 19 de outubro de 2007 e 18 de janeiro de 2008.

O Senhor Vereador José Pinto referiu que este assunto deveria ser mais clarificado, questionando se esta não seria uma boa oportunidade para alterar o que fosse necessário.

O Senhor Eng.º Jorge Vieira esclareceu que “o que vem aqui para ser deliberado, são duas revogações de deliberações de 2007 e 2008, que tinham decidido pela revisão, mas os Planos em vigor podem ser objeto de dois procedimentos: a alteração e a revisão.

ATA DA REUNIÃO DE 20/02/2015

Em 2013 houve uma deliberação que optou pela alteração, ou seja, perdeu-se o interesse pela figura da revisão e por isso o que prossegue no tempo, é a alteração. Continuamos a alterar o Plano de Pormenor, não pela via da revisão, mas pela via da alteração.

A Câmara, com o voto contra do Senhor Vereador José Pinto e nos termos da informação dos serviços, deliberou extinguir a decisão da elaboração da Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo, publicada através do Edital n.º 248/2008 de 13 de março na 2.ª Série do Diário da República, revogando as deliberações tomadas nas reuniões de 19 de outubro de 2007 e 18 de janeiro de 2008.

Mais deliberou, encarregar os serviços de dar conhecimento da presente deliberação à CCDR-C dando cumprimento ao seu parecer com a referência DOTCN 39/15 de 16 de janeiro de 2015.

e) Suspensão Parcial do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo e estabelecimento de Medidas Preventivas no âmbito da Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo - Parcela 30

Presente a informação n.º 171, datada de 05/12/2014, da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, que face à necessidade de criar condições a um investimento que se pretende localizar no lote 30 do alvará de loteamento n.º. 20/99, da Zona Industrial de Tortosendo, em área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial de Tortosendo, e com os fundamentos expostos na mencionada informação, documento apenso à ata da qual faz parte integrante, propõe a suspensão deste instrumento de planeamento, exclusivamente na área do mencionado lote, ao abrigo do estabelecido na alínea b) do n.º. 2, do artigo 100.º, do RJGT, implicando a adoção de medidas preventivas antecipatórias para ações de operações urbanísticas de loteamento e obras de urbanização, de construção, de ampliação, de alteração e de reconstrução, com exceção das que estejam isentas de procedimento de licenciamento ou comunicação prévia, com prazo de vigência de dois anos, para o que foi solicitado parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR - Centro), com carácter vinculativo, de harmonia com o disposto no n.º. 4, do artigo 100.º, do RJGT, para efeitos do previsto no n.º. 4, do artigo 107.º, do mesmo regime jurídico, documento apenso a ata.

Mais propõe que seja solicitada a necessária aprovação da Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador José Pinto questionou se ampliar o Lote 30, será a única via ou não haverá alternativa, ou seja a terceira fase prevê a existência de novos Lotes e não seria uma boa oportunidade, para fazer essa alteração e dessa forma configurar o polígono de implantação. Questionou ainda se haverá um aumento do número de postos de trabalho, sabendo ele que se trata de uma deslocalização da empresa.

Referiu ainda que gostaria de conhecer as medidas interventivas, que não estão no documento.

O Senhor Eng.ª. Jorge Vieira esclareceu que “não temos medidas preventivas no processo de alteração, porque uma coisa é o processo de alteração e outra coisa é a questão do Lote 30, que implica suspensão e aí, sim, há medidas preventivas, em que pretendemos conferir-lhe as características que viabilizem o licenciamento de uma realocização, não incidem em mais nenhuma parte da Zona Industrial.

ATA DA REUNIÃO DE 20/02/2015

Quando se avança para um processo de suspensão tem que haver uma justificação, tem que haver uma fundamentação; não lhe sei dizer os números que estão envolvidos quanto aos postos de trabalho, mas estando o Lote sem qualquer ocupação, qualquer construção que se lá faça, que se transfira para aquele local, nem que seja um posto de trabalho, é sempre positivo.”

O Senhor Presidente informou que, embora fosse uma deslocalização da empresa, com a sua instalação no ZIT, estimava-se a criação de cerca de 80 novos postos de trabalho.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e atenta à necessidade e à urgência de viabilização do projeto de investimento e reconhecendo as circunstâncias excepcionais que justificam a adoção da suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Tortosendo, deliberou aprovar a suspensão o Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo, exclusivamente na área do lote 30 do alvará de loteamento n.º 20/99, da Zona Industrial de Tortosendo e estabelecer medidas preventivas antecipatórias para a área em causa, pelo prazo de dois anos, de ações de operações urbanísticas de loteamento e de obras de urbanização, de construção, de ampliação, de alteração e de reconstrução, com exceção das que estejam isentas de procedimento de licenciamento ou comunicação prévia, precedendo de parecer vinculativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Mais deliberou remeter a proposta à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

5.3. DIVISÃO DE LICENCIAMENTO

a) Bolsa de Projetistas, Técnicos e de Empreiteiros

Presente informação da Divisão de Licenciamento, datada de 03/02/2015, tendo em vista a uma maior transparência e a melhoria do serviço de apoio aos proprietários dos prédios localizados no município da Covilhã que pretendam levar a efeito qualquer operação urbanística, propondo a aprovação do Regulamento para a implementação de duas bases de dados: uma de projetistas/técnicos e outra de empreiteiros, a disponibilizar no site da Câmara Municipal, documento apenso à ata.

O Senhor Vereador Joaquim Matias esclareceu sobre este assunto o seguinte:

“Nós pensámos que seria benéfico, para que haja transparência e para que não sejamos confrontados, no Urbanismo, com pedidos de sugestões para projetistas ou empreiteiros, criar essa bolsa. Pedimos o contributo aos Senhores Vereadores, que foram tidos em conta, e qualquer questão que queiram colocar, esclarecerei.”

O Senhor Vereador José Pinto reforçou o que tinha dito anteriormente, “o Urbanismo merece um estudo profundo, na forma de tornar célere, de acordo com a Legislação em vigor, que assim o obriga; temos que encontrar forma, nem que seja necessário contratar Técnicos, porque de facto é aquele que mais marca o presente e o futuro do concelho.

Foi referido na última reunião, a iniciativa de se “deitar a baixo” as construções ilegais, que não pagam o IMI que os outros cidadãos pagam, este é um passo importante, mas não é tão prioritário como o que eu sugeri, que era a disponibilização *on-line* dos processos aos utentes e dos gabinetes dos técnicos projetistas.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse que “os Bombeiros não falam, atuam e no Urbanismo, também é assim. Agilizamos um conjunto de procedimentos no Urbanismo, tal como, estamos a tentar não receber os projetistas, sem os promotores, ou receber os promotores, sem os projetistas, para que a informação seja dada em conjunto; recebemos técnicos todos os dias.

Neste momento estamos a trabalhar para a revisão do PDM, e um conjunto vasto de problemas que há por resolver, de ilegalidades, que só se conseguem resolver em sede de revisão do PDM; há 183 propostas de casos e sugestões já identificadas que o Departamento do Planeamento tem já em seu poder e o remeteu à empresa contratada para fazer uma proposta de alteração ao PDM, para posterior agendamento e deliberação.

É verdade que estão no arquivo, 1153 processos parados e também é verdade que muitos desses processos estão devidamente informados, tecnicamente, que não tiveram decisão política; já solicitei aos serviços que se fizesse uma clarificação e identificação de cada um dos processos, isto é, se é uma casa que está construída ilegalmente, qual a possibilidade de ser canalizada para a revisão do PDM. Os Senhores Presidente e Vice-Presidente já estão alertados, para a necessidade de serem recrutados mais elementos para a fiscalização, necessitando a criação de cinco grupos de trabalho; está a decorrer um concurso, no qual passaremos a ter cinco técnicos a informar processos, para darmos andamento a tudo aquilo que tem estado para trás. Estamos a trabalhar em todas as frentes, com empenho e dedicação.”

ATA DA REUNIÃO DE 20/02/2015

A Câmara, com base na informação dos serviços, deliberou aprovar o regulamento para a implementação de duas bases de dados: uma de projetistas/técnicos e outra de empreiteiros, a disponibilizar no *site* da Câmara Municipal.

5.4. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

a) Liberação de caução

- Processo de loteamento n.º 446

Presente informação da Divisão de Gestão Urbanística, com data de 08/05/2014, respeitante ao pedido de extinção da caução das obras de urbanização do loteamento titulado pelo alvará do processo de loteamento n.º 446, formulado por Sociedade Imobiliária Quinta Branca, Lda., propondo, face à receção definitiva parcial das obras de urbanização, a redução da caução prestada sob a forma de garantia bancária no valor de 11.094,44 €, ficando o remanescente, no valor de 5.000,00 € retido até à receção definitiva total das infraestruturas gás, documento apenso a ata.

O Senhor Vereador José Pinto referiu que acompanhou esta urbanização e que por Lei todas as urbanizações têm que deixar espaço para o domínio público, para além das vias de comunicação e a existência de equipamentos para a utilidade pública.

“O que tenho visto é que, muitas vezes, essas urbanizações não eram dotadas de infraestruturas, para utilização pública, nomeadamente os parques infantis, porque a lei não o obriga; acho que em futuros empreendimentos devemos ter o cuidado de negociar, com os promotores dessas urbanizações, no sentido de deixarem pelo menos um equipamento desta natureza. Por outro lado, os espaços verdes deveriam ter em conta a sua manutenção, e não colocar pedras e pedrinhas.”

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador Pedro Farromba e tendo por base a informação técnica dos serviços, deliberou nos termos artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, aprovar a redução da caução prestada sob a forma de garantia bancária, das obras de urbanização do loteamento titulado pelo alvará do processo de loteamento n.º 446, da Sociedade Imobiliária Quinta Branca, Lda., no valor de 11.094,44 €, ficando o remanescente, no valor de 5.000,00 € retido até à receção definitiva total das infraestruturas gás.

ATA DA REUNIÃO DE 20/02/2015

5.5 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

Não existem documentos agendados neste ponto.

5.6 DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

a) Minuta de Protocolo com a UBI – Universidade da Beira Interior para Recuperação da memória do Mosteiro de Santa Maria da Estrela, na Boidobra

Presente proposta do Senhor Presidente, data de 16/02/2015, propondo a aprovação da minuta de Protocolo com a UBI – Universidade da Beira Interior para Recuperação da memória do Mosteiro de Santa Maria da Estrela, na Boidobra, documento apenso a ata.

O Senhor Vereador José Pinto, sobre esta questão, felicitou a Câmara Municipal pela iniciativa, no entanto, uma vez que o Protocolo aponta para que seja a Junta de Freguesia da Boidobra a falar com os proprietários dos terrenos, no seu entender deveria ser criado um Protocolo tripartido entre a Ubi, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia vinculando mais a responsabilidade da autarquia.

O Senhor Presidente acrescentou que neste Protocolo não se trata de qualquer exclusão, pretendendo-se mais a colaboração da Junta de Freguesia.

A Câmara deliberou aprovar a celebração de Protocolo com a UBI – Universidade da Beira Interior para Recuperação da memória do Mosteiro de Santa Maria da Estrela, na Boidobra.

b) Proposta de Adesão à AICEI-Associação Internacional de Cidades e Entidades do Iluminismo

Presente informação I-CMC/2015/674, da Divisão de Cultura, Juventude e Desporto, datada de 12/02/2015, propondo a aprovação da candidatura à adesão do Município à AICEI-Associação Internacional de Cidades e Entidades do Iluminismo, documento apenso a ata.

A Câmara, com base na informação dos serviços, deliberou aprovar a proposta de candidatura à adesão do Município à AICEI-Associação Internacional de Cidades e Entidades do Iluminismo.

I – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

. **D. Ana Nunes Duarte**, falou, novamente, do incêndio que ocorreu no ano 2013, na sua casa, Vales do Rio e sobre o qual lhe foi prometida ajuda, mas que até à presente data não obteve qualquer resposta.

O Senhor Presidente informou que o anterior executivo produziu um relatório sobre os incêndios ocorridos em 2013, após ouvir os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e que fez chegar às entidades competentes do Governo; que o Governo entendeu que os incêndios ocorridos no nosso concelho não eram considerados “estado de calamidade pública”, não havendo lugar a indemnização; não é da competência da Câmara pagar qualquer indemnização, apesar de gostarmos de ajudar.

. **Senhor Manuel Lopes Estevão**, veio apresentar reclamação por causa dos dejetos dos animais, que existem nas ruas da cidade, que dá uma má imagem à cidade, sugerindo que tomem medidas para punir as pessoas que não cumprem com o dever cívico; lembrou da existência de um cabo de eletricidade, que se encontra junto às casas de banho por detrás da Câmara, que deveria ser retirado, bem como, a colocação de portas nas mesmas. Considerando que “é um mau serviço que está a ser prestado à cidade e a quem nos visita e a saúde pública não tem preço.”

O Senhor Presidente disse concordar com o que o Senhor Estevão e que teriam de verter as medidas necessárias em Regulamento, por forma a aplicarem coimas sobre os prevaricadores. Quanto às casas de banho públicas disse ser um problema eterno, que se encontra assim há bastantes anos; precisam ser melhoradas, requalificadas, colocar iluminação nova, limpeza e higiene; iremos dentro das possibilidades, melhorar essa situação.

. **D. Ermelinda**, veio lembrar ao Senhor Presidente que continua a aguardar pelo contacto para a reunião que disse que iria ter com a ela, mas como até à presente data ainda não foi contactada, disse que “já não pretendo reunir com o Senhor Presidente.”

Felicitou o Senhor Vereador Jorge Torrão, pela atitude de cavalheiro, de grande Senhor e grande profissional, por ter tomado posição sobre o assunto, que se arrasta há anos no imóvel que habita.

O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Jorge Torrão por ter resolvido esta questão, já antiga.

ATA DA REUNIÃO DE 20/02/2015

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 12:15 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 600,00 € (seiscentos euros).

O Presidente, _____

A Diretora do Departamento de Administração Geral _____